

Pedro Barbosa Leal e a colonização do sertão da Bahia no século XVIII

HÉLIDA SANTOS CONCEIÇÃO¹

I.

A presença portuguesa na América gerou uma sociedade complexa que tem sua origem na consubstanciação histórica do encontro entre povos e culturas diversas, que paulatinamente irão se acomodar e se confrontar no teatro das descobertas. Importa lembrar que o aprendizado da colonização, como afirmou Alencastro, levava a metrópole ao encontro de “comunidades exóticas”, à caminhos tortuosos e remotos, tudo isso para assegurar que o domínio colonial se revertesse em exploração colonial. Controlar comunidades nativas, colonizar seus próprios colonos e assegurar o excedente econômico das conquistas, fez com que a Coroa Portuguesa lançasse mão de uma série de estratégias que foram a base das transformações de um território vasto, desconhecido e ocupado por populações indígenas, em uma sociedade colonial.

No alvorecer do século XVIII a exploração das minas e a interiorização dos luso-brasilicos pelo território colonial, praticamente obrigou a Coroa Portuguesa a tentar ordenar o fluxo de pessoas e as investidas que se faziam aos sertões. A documentação relativa a nomeação de capitães, soldados, intendentes, sargentos mor, governador da conquista, apontam a montagem de uma estrutura militar cada vez mais articulada para dá cabimento às zonas de exploração do sertão. O intuito principal era controlar a circulação comercial, fornecer mantimentos para as tropas, pacificar e reduzir gentios bárbaros, combater negros aquilombados, além é claro de aumentar a arrecadação dos quintos reais. O aumento de patentes militares serviu para instrumentalizar e controlar as entradas exploratórias, pois configuravam uma malha administrativa sob o controle

¹ Professora Auxiliar de História do Brasil – Universidade do Estado da Bahia – DCH – IV. Esta comunicação faz parte do projeto de pesquisa “A colonização portuguesa no sertão: Jacobina e suas relações Atlânticas no século XVIII, aprovado pelo Programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia financiado com bolsa de IC da FAPESB. Agradeço ao bolsista Raul Souza de Macedo pela transcrição de diversos documentos.

dos governadores, ao tempo em que implicava a atuação dos agentes locais no projeto de interiorização dos interesses do Império.

As motivações, agenciamentos, circulação e presença de luso-brasilícos são importantes temas a serem pesquisados. Esta idéia só se completa se pensarmos o espaço Atlântico em conexão com o interior do território. A historiografia contemporânea sobre a sociedade colonial tem destacado os constantes fluxos migratórios para o interior do território em função das atividades de pecuária, mineração, entradas e bandeiras que de forma temporária ou não deslocou um grande contingente populacional. A emergência do sertão como espaço de interesse político e econômico aparece na história da colonização do Brasil desde o século XVII, quando viajantes, exploradores e conquistadores empreenderam diversas as ações de demarcação e ocupação terras, abertura de caminhos, conquista e redução de gentios, além das descobertas de minas de ouro e prata, que inaugurou um novo circuito econômico e mercantil para europeus, africanos e luso-brasilícos.

Esta comunicação pretende dá relevância a atuação do Coronel Pedro Barbosa Leal como um dos agentes da colonização portuguesa no sertão da Bahia. Em 1722 ele é encarregado de Fundar a Vila de Santo Antônio da Jacobina em atendimento a solicitação do então Vice Rei e Governador Vasco Fernandes César de Menezes. A fundação desta Vila no antigo Sítio da Missão do Saí, revela a preocupação da Coroa Portuguesa com as constantes levas de mineiros e exploradores que para aquela região se dirigiam. Como parte desta empreitada, seria obrigação do Coronel o controle dos mineiros, a administração da justiça e repreensão aos crimes e desordens e principalmente garantir a fiscalização do quinto régio e do pagamento de impostos sobre as atividades mercantis empreendidas. Além disso a criação da Vila tinha como objetivo fazer com que os colonos

“ vivessem com maiores obrigações de vassalos, como também de católicos, por ser informado de que a uma e outra

coisa faltavam, por viverem muitos deles em lugares remotos, faltos da administração da justiça, daí a razão de viverem absolutos e destemidos, cometendo grandes obstinações e delitos, para cujo fim era ele dito coronel enviado pelo dito Sr. Vicerei e capitão general de terra e mar deste estado, a formar esta vila².”

Portanto a presença de populações dispersas nos territórios coloniais deveria ser administrada pois era necessário criar vassallos, administrar os gentios, fazer com que a economia gerada pelos circuitos coloniais fosse revertida para o empreendimento metropolitano. A Vila de Jacobina será a primeira a ser criada nos sertões baianos e durante boa parte do século XVIII foi a comarca responsável por administrar outras localidades. A coroa por sua vez não conseguia manter o controle dos caminhos e constantes fluxos de gente que ocorria para o interior do território. Eram diversos os motivos para a abertura de caminhos e rotas alternativas e clandestinas, que serviam para desviar impostos, riquezas e mercadorias. Mediante tais circunstâncias a aliança da coroa com autoridades locais, pode ser vista como tentativa de tentar controlar os desvios e descaminhos da economia colonial.

II. Pedro Barbosa Leal

O projeto metropolitano de exploração das zonas do sertão da Capitania da Bahia já estava em curso desde as últimas décadas do século XVII, como forma de superar o impacto que as guerras neerlandesas tiveram na economia açucareira. Para isso fez-se necessário a organização burocrática e administrativa daquela região a partir da distribuição de patentes, postos militares e de comandos, que ficaram registrados nas inúmeras correspondências administrativas produzidas no período. Dessa forma foi-se organizando um sistema de ordenamento desta sociedade, a partir da concessão de

² Ata de Criação da Vila de Santo Antônio da Jacobina em 22 de junho de 1722. In: COSTA, Afonso. “Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora”. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. vol. II 1916, p. 239

mercês e títulos militares, que muitas vezes ficavam preservados entre uma mesma família e garantia uma certa maneira deste agentes circular nos espaços coloniais.

A trajetória familiar do Coronel Pedro Barbosa Leal remonta a primeira metade do século XVII, quando provavelmente seu pai e tios vieram de Portugal para a Bahia, tal como fizeram as primeiras levadas de conquistadores, em sua maioria pertencentes à classe dos ofícios mecânicos do Reino. Seu pai, um homônimo recebeu a patente de capitão em 1670³, na Companhia de Infantaria de Ordenança no Distrito da cachoeira, localizada no recôncavo da Bahia, onde sua família se estabeleceu tendo negócio com terras, gado e farinha. De sua ascendência materna temos notícia que Maria dos Santos, uma legítima filha da terra, natural da cidade de cachoeira no recôncavo da Bahia e tudo leva a crer que ela possuía ascendência indígena⁴. Ele foi casado com Mariana de Espinola, filha de um Português da Vila do Minho e de uma mulher baiana. Provavelmente os pais de Mariana e de Pedro Barbosa Leal vieram na mesma época para a América e certamente se conheciam desde terras portuguesas. A família de Mariana de Espinola, também fazia parte da Nobreza da Terra, tendo sido seus avós habilitados no Tribunal do Santo Ofício.

A família Barbosa Leal segue uma trajetória comum aos portugueses que fizeram fortunas em terras do além mar e se estabeleceram como a nobreza da terra, mobilizando acesso aos postos militares e acumulado bens e prestígio em terras coloniais. Tal estratégia retroalimentava o negócio das conquistas e a constituição de riquezas na colônia. A montagem de uma rede de interesses e reciprocidades entre súditos e coroa reforçava as práticas de acumulação de riqueza, ao tempo em que fortalecia os laços de fidelidade⁵ entre luso-brasílicos e a Coroa Portuguesa. Consta que

³ Carta Patente de Capitão da Companhia de Infantaria da ordenança, provido na pessoa do Alferes Pedro Barbosa Leal. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional 1668-1677. Volume XII, 1929, p. 90.

⁴ PT/TT/TSO-CG/A/008-001/23041. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Pedro, mç. 10, doc. 256

⁵ Sobre isso, podemos afirmar que havia um tom de confiança e cumplicidade entre a coroa e seus leais súditos que transparece por exemplo no tom das cartas o Rei D. João III trocava com Coronel Pedro Barbosa Leal, entre as décadas de 1710 e 1720.

em 02 de março 1680, tomou posse como vereador da Câmara da Bahia o capitão Pedro Barbosa Leal. Nas últimas décadas do século XVII, desde pelo menos desde o ano de 1670, a família Barbosa Leal foi presença constante na da Câmara de Salvador, tendo ocupado diversas posições. O próprio Pedro Barbosa Leal foi nomeado vereador em 1696. O que indica a condição de nobreza da terra alcançado por estes⁶.

Em 1690 Pedro Barbosa Leal (filho) “por ser um homem/ honrado e de limpo sangue deseja servir/ ao tribunal do santo ofício na ocupação de fa/miliar dele⁷” dá entrada em um requerimento para ser habilitado como familiar do Tribunal do Santo ofício. Estimamos que ele tinha entre 20 e 30 anos neste período. Após a inquirição de várias testemunhas em Portugal e na Bahia para averiguar a sua limpeza de sangue e caráter, ele recebe o Hábito de Cristo em 1692, seguindo curso dos seus genros que também já eram habilitados neste tribunal. Entre 1720 e 1730, o Coronel estava envolvido em diversas jornadas ao sertão de Jacobina e Rio das Contas, inclusive administrando regimentos e fazendo valer a arrecadação do quinto, transportando ouro do sertão para a cidade da Bahia e certamente administrando a Justiça nessas localidades.

Em 1721 acontece um episódio no qual o Coronel Pedro Barbosa Leal prende e esbulha os bens do Superintendente das conquistas Francisco Manoel do Santos Soledade, que era morador em cachoeira. O motivo da contenda foi o fato de Soledade ter se apropriado de duas folhetas de ouro pertencentes a dois mineiros que estavam foragidos em sua casa e ter forjado documentos sobre o pagamento dos quintos referentes ao ouro que fora apropriado indevidamente por ele. Inconformado com a

⁶ Na documentação até agora pesquisada, encontramos nas Atas da Câmara Municipal de Salvador os seguintes nomes de pessoas que tem parentesco com Pedro Barbosa Leal: *Francisco Barbosa Leal* capitão do distrito da Cachoeira, no início de 1670 já desempenhava diversas diligências militares para o governo, tendo inclusive recebido incumbência em 1672 de abertura de caminhos ligando Cachoeira até o Rio das Piranhas e certamente tinha negócios de farinha e carne. *Diogo Barbosa Leal*, Procurador do conselho da Câmara em 1682; *Domingos Barbosa Leal*, oficial da Câmara em 1682; *José Barbosa Leal* em 25/03/1669 torna-se o almoxarife e recebedor dos negócios do contato do Sal na cidade do Salvador e entre os anos de 170-1713 ocupa o cargo de provedor da fazenda do Rio Grande.

⁷ PT/TT/TSO-CG/A/008-001/23041. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Pedro, mç. 10, doc. 256, Fólio 06.

prisão e a perda dos seus bens, Manoel Soledade depois de sair da prisão, passa anos como Ermitão na vila de Santo Amaro da purificação, e em 1730 ele faz uma petição ao tribunal da relação processando Pedro Barbosa Leal pelo esbulho dos seus bens e exigindo-os de volta. O processo finda em 1732 por ocasião da morte de Pedro Barbosa Leal e Manoel Soledade não consegue reaver os seus bens e sítios esbulhados na ocasião de sua prisão em 1722.

O processo envolvendo Soledade e Barbosa Leal é emblemático para discutirmos as contradições, disputas e jogos de interesses existentes nos diferentes níveis da administração e da formação da elite colonial e expor que a formação de súditos passava também pelas disputas envolvendo o acesso aos bens mobilizados nas conquistas. A arrematação de contratos de exploração das minas, cobrança de impostos, acesso a postos na Câmara municipal, concessão de terras e outras riquezas estava no centro das disputas intra-elites. Assim para além de mensurarmos os conflitos entre elites locais e ultramarinas, deve-se também investigar as divergências de poder local.

Os diversos conquistadores que arriscavam suas vidas nas jornadas do sertão, devem ser vistos como agentes coloniais que mesmo agindo na esfera local, estavam inseridos na dinâmica de trocas culturais e econômicas do Império Ultramarino Português. A documentação trabalhada nesta pesquisa tende a indicar a proeminência no século XVIII de famílias do recôncavo baiano, instaladas no primeiro século das conquistas – XVI e XVII – como os principais agentes deslocados para o sertão. As patentes militares colaboraram para a formação de redes clientelares, no controle de terras e populações, no exercício do mando local e foram fundamentais para a execução contratos de exploração das minas.

Ao longo de sua trajetória Pedro Barbosa Leal prestou inúmeros serviços à coroa, sua reputação era a de ser um fiel vassalo real, tendo sempre contado com proximidade junto às principais autoridades da Capitania. Como “homem colonial”, para usar a feliz expressão de Luiz Felipe de Alencastro (2000), o Coronel Pedro Barbosa Leal atuou nas

esferas da administração colonial, tendo acumulado terras, fortunas e prestígio. Como nos informa Rodrigo Ricupero (2007), a Coroa utilizou-se de recursos humanos e financeiros particulares para viabilizar seus projetos de colonização. Em troca desse apoio, havia a concessão de terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos, que reforçava a fidelidade à Metrópole, fazendo com que a elite econômica, fosse também a elite social e governamental (FERLINNI: 2000).

III.

Em 17 de março de 1697, Barbosa Leal é nomeado pelo então governador D. João de Lencastro para ser o administrador das fábricas de salitre do sertão, com ordenado de cento e cinquenta mil reis a cada ano. Sua habilidade para a administração dos negócios reais foi destacada na Carta de Nomeação para o cargo das minas, “Por ser muito capaz nesta ocupação, de que eu o julgo benemérito, pelas experiencias que eu tenho do seu zello, experiencia e actividade e bom procedimento⁸”. Vale destacar que as jornadas de descobrimento às minas de salitre no sertão da Jacobina foi realizada às custas de seus escravos, criados, cavalos.

As duas primeiras décadas do século XVIII foi o período onde a atuação do Coronel Pedro Barbosa Leal na região de Jacobina foi mais destacada. Em 05 de agosto de 1720 o rei decide sobre a fundação da Vila de Jacobina. Para tal feito o Vice rei Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1736), designou Pedro Barbosa Leal, para escolher um local próximo ao sítio da Lagoa, local onde já havia uma intensa movimentação de mineiros. Entretanto a primeira localização da Vila de Jacobina ficava próximo ao Sítio do Saí, na Missão de Nossa Senhora das Neves, em terras pertencentes ao Coronel Garcia D’Àvila, com quem, ao que parece, Pedro Barbosa Leal já possuía um entrevero. Instado pela representação que Garcia D’Àvila fez, o Rei D. João enviou provisão para que se transferisse a vila de Jacobina de lugar. Dentre as alegações as alegação do Suplicante, constava que o local escolhido por Pedro Barbosa Leal, era

⁸ AAPMEB, Bahia: Imprensa oficial do Estado, ano 4, v. 6-7. Administração da fabrica de Salitre. Nomeação de Pedro Barbosa Leal, p. 353-354.

distante das minas, junto a uma aldeia de índios, e não havia como os mineiros viajarem dias para ali representarem suas causas.

Mediante esta situação, a Vila de Jacobina foi transferida em para o arraial da missão do Senhor Bom Jesus, pois lá:

“Além de haverem neste sítio mais de trinta e tantos moradores, afóra a aldeia dos índios e a igreja para poderem ouvir missa e assistirem aos officios divinos, e ser logar mais frequentado de gente, com uma estrada comum para o Rio S. Francisco, Arraial e Minas Gerais⁹ (grifo nosso).

Por resolução de 10 de dezembro de 1734 o Conselho Ultramarino Criou a ouvidoria de Jacobina ou comarca da baía da parte do Sul, para melhor administrar num raio de 100 léguas aquela região. A preocupação da Coroa com a administração dos sertões justifica-se pelos altos índices de violência e crimes praticados. Entre os anos de 1710 e 1721 “quinhentos e trinta e dois homicídios se praticaram com armas de fogo” (COSTA, 1916: 254) A composição populacional dos sertões era a de mamelucos, mulatos, negros, fugitivos, bandidos, e toda sorte de gente que formava a arraia-miúda do sertão. A isto o historiador Erivaldo Fagundes Neves chamou de “pequena esfera” dos sertões (NEVES, 2006). Segundo ele, somente os paulistas não se misturavam aos muitos mineiros que “faiscavam” individualmente ou vendendo sua mão de obra. Os paulistas muitas vezes contavam com um pequeno número de escravos para a exploração do ouro.

No embalo da interiorização da administração colonial nos sertões, após a fundação da Vila de Jacobina, o rei determinou em 1725 a criação da Vila de Nossa Senhora do Rio de Contas indicando novamente Pedro Barbosa Leal para a empreitada.

“Quando concluía a edificação de Rio de Contas, o coronel Barbosa Leal apressou a abertura do caminho da sua ligação com Jacobina, para facilitar os circuitos comerciais, desde Sergipe até Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, e

⁹ Carta de Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, ouvidor Geral da Comarca de Jacobina ao Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses. 8 de abril de 1724. IN: COSTA, Afonso. “Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora”. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. vol. II (1916), p. 245.

possibilitar conexões com a via fluvial do São Francisco, entre Minas, Bahia e Pernambuco (NEVES, 2006:137)”

A importância do Coronel Barbosa Leal e suas ações no sertão das Jacobinas e Rio de Contas assume centralidade na conjuntura geo-política da Capitania da Bahia no alvorecer do século XVIII, sobretudo quando pensamos a possibilidade de inserção da nobreza da terra em cargos vinculados a administração colonial. Segundo Ricupero (2006:125) estes participantes indiretos e seus familiares “são os comandantes de expedições militares, os capitães das tropas formadas pelos moradores, sertanistas a mando do governo, rendeiros de impostos, membros da câmara, enfim, membros vinculados à governança da terra.”

IV. Conclusão

O entendimento da dinâmica de governo do Império Português e as suas formas de materialização do poder real em territórios distantes da Metrópole, passa pelo estudo das configurações do poder local. Ao mesmo tempo que a colonização ia se consolidando o consenso e o entendimento entre partes - leia-se, o centro emanador de poder da metrópole e a sua outra face expressa em ordenamentos locais na colônia – ia forjando uma malha jurídica e institucional que permitia a expansão de uma sociedade que se inventava e que necessitava desta mesma orientação centralizada e da segurança oferecida pelas armas do Rei. Dessa forma, entendemos os poderes locais como sendo estruturas de sedimentação do projeto colonial, ao tempo em que se revelam como espaços de negociação de identidades, exercício político e resolução de conflitos e interesses.

Em artigo seminal para o entendimento da constituição das malhas administrativas e jurisdicionais do Império Português, o historiador Antonio Manuel Hespanha¹⁰ discute a natureza poliédrica, ambivalente, incerta e indecisa da maneira como o governo era exercido no Antigo Regime. Dessa maneira, ele aponta que:

¹⁰ HESPANHA, Op. Cit, 2005

“esta proto-burocracia era constituída por uma rede emaranhada de compromissos inter-pessoais, geralmente muito mais próximos do que o compromisso teórico com a função, com o dever de ofício ou com a fidelidade ao rei¹¹.”

Isso não significa dizer que o poder real não fizesse sentido na ordenação da justiça e na constituição política das colônias. No entanto para que se entenda a aparente forma caótica e labiríntica através da qual magistrados, juízes, tribunais e mesas, ofícios e agentes agiam, é preciso localizar na produção de dispositivos discursivos que faziam emergir o contraditório para apontar soluções e manifestar razões. São esses os caminhos labirínticos que irão regular a vida dos homens e a circulação de idéias, práticas e troca de favores.

Transportado para as colônias – ou seja para um ambiente em que as delongas das réplicas, desde logo motivadas pela distância, proporcionavam ócios para a invenção de novos incidentes e em que a inexistência de algumas regras estabelecidas pela prática (estilos) deixava livre à inventiva toda a chicana do mundo – o processo afasta-se cada vez mais de uma linha recta entre uma petição inicial e uma decisão, enfatuando-se e reverberando em mil incidentes, informações, decisões interlocutórias, conflitos jurisdicionais, cada qual obedecendo a lógicas, estilos, narrativas e estratégias totalmente distintas, que se reconhecem na própria maneira de dizer e de contar¹².

Estas anotações de pesquisa pretendeu incorporar os aportes teóricos que revelam as tramas e complexidades das formas de poder e de governar no espaço colonial. Para isto toma a região de Jacobina, no sertão da Capitania da Bahia, para levantar investigação sobre as relações que os colonizadores estabeleceram no sertão, suas formas de exercício político, a constituição da comarca e outros fatores que diversificam e, ao mesmo tempo, tornam complexas as relações de poder em áreas periféricas da colonização. A formação da Vila de Jacobina, o povoamento e o constante envio de agentes coloniais vai modelando, de forma dialética, a maneira como a Coroa investe

¹¹ HESPANHA, Op. Cit. p. 6

¹² HESPANHA, Op. Cit. p. 4

nesta região, assim como irá sedimentar experiências das elites locais na consecução de pactos de vassalagem com o projeto de interiorização da colonização.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano. "Robério Dias e as Minas de Prata, segundo novos documentos". IN: Revista Da Sociedade de Geographia de Lisboa, no Brazil. Rio de Janeiro, 1885, p. 15-22 e 66-78.
- ACCIOLI, Ignácio (de Cerqueira e Silva). Memórias históricas e políticas da Bahia. Anotado por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial, v. 2, 1925
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BICALHO, Maria Fernanda B. "Conquistas, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do antigo Regime". In: Almanaque brasiliense, n. 2, 2005. pp. 21-34
- BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.) Modos de Governar: Idéias e Práticas políticas no Império Português. Século XVI a XIX. São Paulo, Alameda, 2005.
- COSTA, Afonso. "Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora". Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. vol. II (1916)
- HESPANHA, António Manuel. Porque é que foi "portuguesa" a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos. Faculdade de Direito – Universidade Nova de Lisboa - Conferência proferida na sessão de abertura do Colóquio "O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades", org. pelo CHAM-FCSH-UNL/IICT, Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.
- HESPANHA, António M. A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. IN: Fragoso, João. Bicalho, Maria Fernanda Batista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2001, pp. 163-188.
- FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2001.
- FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. BICALHO, Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e governabilidade no Império. In: Penélope, N. 23, 2000. pp. 67-88

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva.(Orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa*. (Séculos XVI-XVIII), Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2001

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII*. Edições UESB. Vitória da Conquista, 2012.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII*. IN: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Batista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilizações brasileiras, 2001, pp. 249-283.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Almocafres, bateias, e gente da pequena esfera: o ouro do povoamento e ocupação econômica do sertão da Bahia*. Revista IGHB: Salvador. Vol 101, 2006. pp. 125- 147

RICUPERO, Rodrigo. *Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI*. IN: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.) *Modos de Governar: Idéias e Práticas políticas no Império Português. Século XVI a XIX*. São Paulo, Alameda, 2005, p. 119-135